Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

2BCAPITAL S.A 8
ANDORRA HOLDINGS S.A. 10
BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. 2
COLUMBUS HOLDINGS SA 12
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 78 **Página 12**
São Paulo, sexta-feira, 27 de abril de 2018

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 1.326.199 mil, Patrimônio Líquido de R$ 9.478.494 mil e Ativos Totais de R$ 9.525.770 mil. A Assembleia deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**1.076.447**	**973.462**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	511.676	174.739
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 6)	221.238	520.109
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	263.442	107.565
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	79.048	170.075
Depósitos Judiciais (Nota 8)	1.043	974
NÃO CIRCULANTE	**8.449.323**	**7.234.442**
Realizável a Longo Prazo	**836.464**	**200.421**
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 6)	835.457	199.910
Créditos Tributários (Nota 16c e 16e)	1.007	511
Investimentos (Nota 9b)	**7.612.859**	**7.034.021**
TOTAL	**9.525.770**	**8.207.904**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**46.110**	**46.975**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16d)	33.426	33.835
Dividendos a Pagar (Nota 10c e 15a)	12.599	13.057
Outras Obrigações	85	83
NÃO CIRCULANTE	**1.166**	**1.074**
Provisão para Impostos e Contribuições	123	100
Provisão para Contingências Fiscais (Nota 11)	1.043	974
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**9.478.494**	**8.159.855**
Capital Social (Nota 10a)	4.100.000	3.656.900
Reservas de Lucros (Nota 10b)	5.390.413	4.519.913
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(11.919)	(16.958)
TOTAL	**9.525.770**	**8.207.904**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.327.278**	**1.332.445**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9b)	1.327.278	1.332.445
DESPESAS OPERACIONAIS	**26.578**	**23.960**
Despesas Tributárias (Nota 13)	22.533	20.189
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	4.045	3.771
RESULTADOS FINANCEIROS	**116.720**	**156.264**
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12)	116.720	156.264
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.417.420**	**1.464.749**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	**(91.221)**	**(90.303)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.326.199**	**1.374.446**
Número de ações	535.796.738	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R$	2.475,19	2.565,24

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.417.420**	**1.464.749**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.327.278)	(1.332.445)
Juros e Variações Monetárias, Líquidas	576	535
Lucro Líquido Ajustado	**90.718**	**132.839**
Redução em Empréstimos e Recebíveis	-	562.391
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível para Venda	(337.943)	(267.773)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	(155.877)	(107.565)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(21.815)	40.063
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(358)	551
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(42.379)	(105.739)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	**(467.654)**	**254.767**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre Capital Próprio Recebidos	139.788	92.111
Dividendos Recebidos	677.860	224.506
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	**817.648**	**316.617**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(13.057)	(410.613)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**(13.057)**	**(410.613)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**336.937**	**160.771**
Inicio do Exercício	174.739	13.968
Fim do Exercício	511.676	174.739
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**336.937**	**160.771**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

			Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Eventos	**Capital Social**	**Reservas de Capital**	**Legal**	**Estatutária**	**Próprias**	**Controladas**	**Lucros Acumulados**	**Totais**
Saldos em 31.12.2015	**2.350.000**	**1.306.812**	**305.589**	**3.252.023**	**-**	**(4.238)**	**-**	**7.210.186**
Aumento de Capital com Reservas (Nota 10a)	1.306.900	(1.306.812)	-	(88)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(493)	(12.227)	-	(12.720)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.374.446	1.374.446
Destinações: - Reservas	-	-	68.722	1.292.667	-	-	(1.361.389)	-
- Dividendos Propostos (R$ 24,37 por lote de mil ações) (Nota 10c)	-	-	-	(399.000)	-	-	(13.057)	(412.057)
Saldos em 31.12.2016	**3.656.900**	**-**	**374.311**	**4.145.602**	**(493)**	**(16.465)**	**-**	**8.159.855**
Aumento de Capital com Reservas (Nota 10a)	443.100	-	-	(443.100)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(836)	5.875	-	5.039
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.326.199	1.326.199
Destinações: - Reservas	-	-	66.310	1.247.290	-	-	(1.313.600)	-
- Dividendos Propostos (R$ 23,51 por lote de mil ações) (Nota 10c)	-	-	-	-	-	-	(12.599)	(12.599)
Saldos em 31.12.2017	**4.100.000**	**-**	**440.621**	**4.949.792**	**(1.329)**	**(10.590)**	**-**	**9.478.494**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido	**1.326.199**	**1.374.446**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.039	(12.720)
Total do Resultado Abrangente	**1.331.238**	**1.361.726**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados para negociação, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos em Coligadas e Controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis, adquiridos de uma controlada e coligada, na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, as origens dos créditos tributários, bem como dos valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentadas na Nota 16.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional (1)	7	3
Fundos de investimentos financeiros (2)	511.669	174.736
Total de caixa e equivalentes de caixa	**511.676**	**174.739**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Em 31 de dezembro				
			2017		
Títulos	**De 181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil (1)**	**Valor de mercado (2)**	**Marcação a a mercado**
Letras financeiras (1)	221.344	837.365	1.058.709	1.056.695	(2.014)
Total em 2017	**221.344**	**837.365**	**1.058.709**	**1.056.695**	**(2.014)**
Total em 2016	**519.981**	**200.785**	**720.766**	**720.019**	**(747)**

(1) Referem-se às Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., as taxas de 102,75% e 102,00 do CDI, com vencimentos em 20.12.2018 e 19.12.2019, que estão classificadas como Nível 2; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 27 de abril de 2018 às 00:15:16.

...continuação

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro				
	2017				
Títulos	**De 181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil (1)**	**Valor de mercado**	**Marcação a a mercado**
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	118.046	145.396	263.442	263.442	-
Total em 2017	**118.046**	**145.396**	**263.442**	**263.442**	**-**
Total em 2016	**-**	**107.565**	**107.565**	**107.565**	**-**

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do CDI, com vencimentos em 11.12.2018 e 22.03.2019.

8) DEPÓSITOS JUDICIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Depósitos judiciais - Contingências fiscais	1.043	974
Total	**1.043**	**974**

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

						Em 31 de dezembro			
						Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido ajustado**	**Resultado ajustado**	**Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON**	**Participação no capital social - %**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Cielo S.A.(1)	4.700.000	11.831.107	3.412.578	778.320	28,6482	3.368.357	2.678.406	1.162.753	1.148.277
Tempo Serviços Ltda.	1.575.116	2.472.877	254.247	736.554	46,7619	1.156.364	1.317.354	118.891	136.146
Tapajós Holdings Ltda.	600.000	1.309.975	168.468	137.063	27,0875	354.839	304.962	45.634	48.022
Ágio - Cielo S.A. (2)	-	-	-	-	-	2.733.299	2.733.299	-	-
Total						**7.612.859**	**7.034.021**	**1.327.278**	**1.332.445**

(1) Inclui ganho de dividendos e JCP, decorrente a variação entre a provisão de ações estimadas e ações deliberadas, na proporção de sua participação; e
(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Ordinárias	535.796.738	535.796.738
Total	**535.796.738**	**535.796.738**

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 443.100, elevando-o de R$ 3.656.900 para R$ 4.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutárias", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 1.306.900, elevando-o de R$ 2.350.000 para R$ 3.656.900, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio na Emissão de Ações", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Reservas de lucros	**5.390.413**	**4.519.913**
- Reserva legal (i)	440.621	374.311
- Reserva estatutária (ii)	4.949.792	4.145.602

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(ii) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes. Em 2016 o valor pago como dividendos intermediários à Reserva Estatutária foi no montante de R$ 399.000.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2017	**% (1)**	**2016**	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	**1.326.199**		**1.374.446**	
Reserva legal	(66.310)		(68.722)	
Base de cálculo	**1.259.889**		**1.305.724**	
Dividendos mínimos obrigatórios	12.599		13.057	
Total dos dividendos	**12.599**	**1,0**	**13.057**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em função de que parte do crédito restituído, foi utilizado anteriormente em compensações, conforme informado nas PER/DCOMPs. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação da provisão de contingências fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Saldo no início do período	**974**	**884**
Atualização monetária	69	90
Saldo no final do período	**1.043**	**974**

12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	22.023	6.815
Rendimento de operações compromissadas	-	81.734
Rendimento de letras financeiras	75.821	67.823
Rendimento de aplicações em CDB	19.452	427
Juros ativos	69	90
Juros passivos	(645)	(625)
Total	**116.720**	**156.264**

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
COFINS	18.724	16.869
PIS	3.809	3.320
Total	**22.533**	**20.189**

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Doações e patrocínios	3.925	3.649
Editais e publicações	97	90
Serviços de terceiros	23	32
Total	**4.045**	**3.771**

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.056.695	720.019	-	-
Ativos financeiros para negociação	263.442	107.565	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	79.048	170.075
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	12.599	13.057

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Caetê Holdings Ltda., Cielo S.A., Elba Holdings Ltda., Quixaba Empreendimentos, Rubi Holdings Ltda., Tapajós Holdings Ltda. e Tempo Serviços Ltda.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Rendimento de operações compromissadas	-	81.734	-	-
Rendimento de letras financeiras	75.821	67.823	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	19.452	427	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	**1.417.420**	**1.464.749**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(481.923)	(498.014)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	451.275	452.947
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(904)	(911)
Juros sobre o capital próprio	(62.772)	(47.403)
Outros	3.103	3.078
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(91.221)**	**(90.303)**

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(91.286)	(90.335)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	65	32
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(91.221)**	**(90.303)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2016	**Constituição**	**Realização**	**2017**
Perdas de investimentos	170	-	-	170
Provisão de editais e publicações	28	29	28	29
Provisão contingências fiscais	59	64	-	123
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**257**	**93**	**28**	**322**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	254	685	254	685
Total dos créditos tributários	**511**	**778**	**282**	**1.007**
Obrigações fiscais diferidas	100	23	-	123
Total de créditos Tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	**411**	**755**	**282**	**884**

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante a R$ 308 (2016 - R$ 244).

d) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 33.426 (2016 - R$ 33.835), referem-se à Contribuição Social de R$ 15.246 (2016 - R$ 11.863), Imposto de Renda de R$ 16.785 (2016 - R$ 20.217), PIS de R$ 232 (2016 - R$ 288) e Cofins de R$ 1.163 (2016 - R$ 1.467).

e) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2018	94	33	127
2019	548	196	744
2020	71	24	95
Após 2020	27	14	41
Total	**740**	**267**	**1.007**

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016;

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;

c) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.
O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexo para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48.
CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e

d) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva – Contador – CRC 1SP210689/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Columbus Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de abril de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

2BCAPITAL S.A 8
ANDORRA HOLDINGS S.A. 10
BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. 2
COLUMBUS HOLDINGS SA 12
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 128 • Número 78
São Paulo, sexta-feira, 27 de abril de 2018

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 27 de abril de 2018 às 00:15:16.

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 1.326.199 mil, Patrimônio Líquido de R$ 9.478.494 mil e Ativos Totais de R$ 9.525.770 mil. A Assembleia deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**1.076.447**	**973.462**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	511.676	174.739
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 6)	221.238	520.109
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	263.442	107.565
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	79.048	170.075
Depósitos Judiciais (Nota 8)	1.043	974
NÃO CIRCULANTE	**8.449.323**	**7.234.442**
Realizável a Longo Prazo	**836.464**	**200.421**
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 6)	835.457	199.910
Créditos Tributários (Nota 16c e 16e)	1.007	511
Investimentos (Nota 9b)	**7.612.859**	**7.034.021**
TOTAL	**9.525.770**	**8.207.904**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**46.110**	**46.975**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16d)	33.426	33.835
Dividendos a Pagar (Nota 10c e 15a)	12.599	13.057
Outras Obrigações	85	83
NÃO CIRCULANTE	**1.166**	**1.074**
Provisão para Impostos e Contribuições	123	100
Provisão para Contingências Fiscais (Nota 11)	1.043	974
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**9.478.494**	**8.159.855**
Capital Social (Nota 10a)	4.100.000	3.656.900
Reservas de Lucros (Nota 10b)	5.390.413	4.519.913
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(11.919)	(16.958)
TOTAL	**9.525.770**	**8.207.904**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.327.278**	**1.332.445**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9b)	1.327.278	1.332.445
DESPESAS OPERACIONAIS	**26.578**	**23.960**
Despesas Tributárias (Nota 13)	22.533	20.189
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	4.045	3.771
RESULTADOS FINANCEIROS	**116.720**	**156.264**
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12)	116.720	156.264
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.417.420**	**1.464.749**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	**(91.221)**	**(90.303)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.326.199**	**1.374.446**
Número de ações	535.796.738	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R$	2.475,19	2.565,24

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.417.420**	**1.464.749**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.327.278)	(1.332.445)
Juros e Variações Monetárias, Líquidas	576	535
Lucro Líquido Ajustado	**90.718**	**132.839**
Redução em Empréstimos e Recebíveis	-	562.391
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível para Venda	(337.943)	(267.773)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	(155.877)	(107.565)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(21.815)	40.063
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(358)	551
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(42.379)	(105.739)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	**(467.654)**	**254.767**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre Capital Próprio Recebidos	139.788	92.111
Dividendos Recebidos	677.860	224.506
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	**817.648**	**316.617**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(13.057)	(410.613)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**(13.057)**	**(410.613)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**336.937**	**160.771**
Inicio do Exercício	174.739	13.968
Fim do Exercício	511.676	174.739
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**336.937**	**160.771**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial: Próprias	Ajuste de Avaliação Patrimonial: Controladas	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2015	**2.350.000**	**1.306.812**	**305.589**	**3.252.023**	**-**	**(4.238)**	**-**	**7.210.186**
Aumento de Capital com Reservas (Nota 10a)	1.306.900	(1.306.812)	-	(88)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(493)	(12.227)	-	(12.720)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.374.446	1.374.446
Destinações: - Reservas	-	-	68.722	1.292.667	-	-	(1.361.389)	-
- Dividendos Propostos (R$ 24,37 por lote de mil ações) (Nota 10c)	-	-	-	(399.000)	-	-	(13.057)	(412.057)
Saldos em 31.12.2016	**3.656.900**	**-**	**374.311**	**4.145.602**	**(493)**	**(16.465)**	**-**	**8.159.855**
Aumento de Capital com Reservas (Nota 10a)	443.100	-	-	(443.100)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(836)	5.875	-	5.039
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.326.199	1.326.199
Destinações: - Reservas	-	-	66.310	1.247.290	-	-	(1.313.600)	-
- Dividendos Propostos (R$ 23,51 por lote de mil ações) (Nota 10c)	-	-	-	-	-	-	(12.599)	(12.599)
Saldos em 31.12.2017	**4.100.000**	**-**	**440.621**	**4.949.792**	**(1.329)**	**(10.590)**	**-**	**9.478.494**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Lucro Líquido	**1.326.199**	**1.374.446**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.039	(12.720)
Total do Resultado Abrangente	**1.331.238**	**1.361.726**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados para negociação, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos em Coligadas e Controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis, adquiridos de uma controlada e coligada, na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, as origens dos créditos tributários, bem como dos valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentadas na Nota 16.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional (1)	7	3
Fundos de investimentos financeiros (2)	511.669	174.736
Total de caixa e equivalentes de caixa	**511.676**	**174.739**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Em 31 de dezembro 2017				
Títulos	**De 181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil (1)**	**Valor de mercado (2)**	**Marcação a a mercado**
Letras financeiras (1)	221.344	837.365	1.058.709	1.056.695	(2.014)
Total em 2017	**221.344**	**837.365**	**1.058.709**	**1.056.695**	**(2.014)**
Total em 2016	**519.981**	**200.785**	**720.766**	**720.019**	**(747)**

(1) Referem-se às Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., as taxas de 102,75% e 102,00 do CDI, com vencimentos em 20.12.2018 e 19.12.2019, que estão classificadas como Nível 2; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro 2017				
Títulos	**De 181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil (1)**	**Valor de mercado**	**Marcação a a mercado**
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	118.046	145.396	263.442	263.442	-
Total em 2017	**118.046**	**145.396**	**263.442**	**263.442**	**-**
Total em 2016	**-**	**107.565**	**107.565**	**107.565**	**-**

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do CDI, com vencimentos em 11.12.2018 e 22.03.2019.

8) DEPÓSITOS JUDICIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Depósitos judiciais - Contingências fiscais	1.043	974
Total	**1.043**	**974**

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

						Em 31 de dezembro			
						Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido ajustado**	**Resultado ajustado**	**Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON**	**Participação no capital social - %**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Cielo S.A.(1)	4.700.000	11.831.107	3.412.578	778.320	28,6482	3.368.357	2.678.406	1.162.753	1.148.277
Tempo Serviços Ltda.	1.575.116	2.472.877	254.247	736.554	46,7619	1.156.364	1.317.354	118.891	136.146
Tapajós Holdings Ltda.	600.000	1.309.975	168.468	137.063	27,0875	354.839	304.962	45.634	48.022
Ágio - Cielo S.A. (2)	-	-	-	-	-	2.733.299	2.733.299	-	-
Total						**7.612.859**	**7.034.021**	**1.327.278**	**1.332.445**

(1) Inclui ganho de dividendos e JCP, decorrente a variação entre a provisão de ações estimadas e ações deliberadas, na proporção de sua participação; e

(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Ordinárias	535.796.738	535.796.738
Total	**535.796.738**	**535.796.738**

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 443.100, elevando-o de R$ 3.656.900 para R$ 4.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutárias", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 1.306.900, elevando-o de R$ 2.350.000 para R$ 3.656.900, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio na Emissão de Ações", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Reservas de lucros	**5.390.413**	**4.519.913**
- Reserva legal (i)	440.621	374.311
- Reserva estatutária (ii)	4.949.792	4.145.602

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(ii) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

continua...

...continuação

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes. Em 2016 o valor pago como dividendos intermediários à Reserva Estatutária foi no montante de R$ 399.000.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2017	**% (1)**	**2016**	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	**1.326.199**		**1.374.446**	
Reserva legal	(66.310)		(68.722)	
Base de cálculo	**1.259.889**		**1.305.724**	
Dividendos mínimos obrigatórios	12.599		13.057	
Total dos dividendos	**12.599**	**1,0**	**13.057**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em função de que parte do crédito restituído, foi utilizado anteriormente em compensações, conforme informado nas PER/DCOMPs. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação da provisão de contingências fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Saldo no início do período	**974**	**884**
Atualização monetária	69	90
Saldo no final do período	**1.043**	**974**

12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	22.023	6.815
Rendimento de operações compromissadas	-	81.734
Rendimento de letras financeiras	75.821	67.823
Rendimento de aplicações em CDB	19.452	427
Juros ativos	69	90
Juros passivos	(645)	(625)
Total	**116.720**	**156.264**

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
COFINS	18.724	16.869
PIS	3.809	3.320
Total	**22.533**	**20.189**

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Doações e patrocínios	3.925	3.649
Editais e publicações	97	90
Serviços de terceiros	23	32
Total	**4.045**	**3.771**

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		**Coligadas e controladas (2)**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.056.695	720.019	-	-
Ativos financeiros para negociação	263.442	107.565	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	79.048	170.075
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	12.599	13.057

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Caetê Holdings Ltda., Cielo S.A., Elba Holdings Ltda., Quixaba Empreendimentos, Rubi Holdings Ltda., Tapajós Holdings Ltda. e Tempo Serviços Ltda.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		**Coligadas e controladas**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Rendimento de operações compromissadas	-	81.734	-	-
Rendimento de letras financeiras	75.821	67.823	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	19.452	427	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	**1.417.420**	**1.464.749**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(481.923)	(498.014)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	451.275	452.947
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(904)	(911)
Juros sobre o capital próprio	(62.772)	(47.403)
Outros	3.103	3.078
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(91.221)**	**(90.303)**

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(91.286)	(90.335)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	65	32
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(91.221)**	**(90.303)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2016	**Constituição**	**Realização**	**2017**
Perdas de investimentos	170	-	-	170
Provisão de editais e publicações	28	29	28	29
Provisão contingências fiscais	59	64	-	123
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**257**	**93**	**28**	**322**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	254	685	254	685
Total dos créditos tributários	**511**	**778**	**282**	**1.007**
Obrigações fiscais diferidas	100	23	-	123
Total de créditos Tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	**411**	**755**	**282**	**884**

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante a R$ 308 (2016 - R$ 244).

d) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 33.426 (2016 - R$ 33.835), referem-se à Contribuição Social de R$ 15.246 (2016 - R$ 11.863), Imposto de Renda de R$ 16.785 (2016 - R$ 20.217), PIS de R$ 232 (2016 - R$ 288) e Cofins de R$ 1.163 (2016 - R$ 1.467).

e) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2018	94	33	127
2019	548	196	744
2020	71	24	95
Após 2020	27	14	41
Total	**740**	**267**	**1.007**

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016;

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;

c) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexo para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e

d) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva – Contador – CRC 1SP210689/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Columbus Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de abril de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

EFICIÊNCIA E VISIBILIDADE, AGORA EM DOSE DUPLA

Ao combinar o seu anúncio no Valor e no O Globo, seus resultados impactam:

26 MILHÕES DE LEITORES*
IMPRESSO + DIGITAL

19,5 MILHÕES de leitores investidores

7 MILHÕES de sócios, c-levels, diretores ou gerentes sócios ou autônomos

A divulgação do Balanço Anual é uma grande oportunidade para expor a boa governança de sua empresa para os nossos leitores.

Alie sua transparência à credibilidade do maior jornal de economia e negócios do país e a mais de 90 anos de história do O Globo.

ANUNCIE
11 3767.7043 | 21 3521.1417 | 61 3717.3333
valor.com.br/comunicacaocominvestidores

Fonte: leitores impresso Kantar Ibope Media Target Group Index BR TG 2017 II (2016 2s + 2017 1s) v1.0 - Pessoas, leitores impresso 7 dias jornal e 30 dias versão lido via Midia Online, com projeção Brasil base IVC.
Leitores Digital comScore Inc., MMX Multi-Platform, Desktop 6+ Mobile 18+, Home & Work, dezembro17, Brasil | *Total Leitores = Somados digital + impresso com sobreposição de leitores.

O GLOBO | Valor ECONÔMICO